

PLANO EXECUTIVO ESTADUAL MARANHÃO



APRESENTAÇÃO

O tamanho do desafio da questão criminal e penitenciária no Brasil impõe esforços coordenados e conjuntos.

Com essa orientação e preocupado em oferecer soluções estruturantes e sustentáveis, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) iniciou um processo de formulação de propostas que sedimenta o Programa **Justiça Presente**. Este documento apresenta as bases e iniciativas gerais do Programa, além de refleti-las na realidade estadual. Para tanto, foi realizado um levantamento de informações junto aos Tribunais de Justiça, iniciada uma escuta qualificada com cada Unidade da Federação e reunidas informações dos órgãos nacionais que possibilitaram estabelecer subsídios para um diagnóstico estadual e a construção do **Plano Executivo Estadual – 1ª Fase**.

Este documento é, portanto, resultado de uma elaboração coletiva do CNJ com o Tribunal de Justiça, especialmente representado pelo Departamento de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e do Sistema de Execução de Medidas Socioeducativas e do Grupo de Monitoramento e Fiscalização (GMF), e será ajustado a partir do diálogo com os demais integrantes do Sistema de Justiça, do Executivo e da Sociedade Civil, durante as agendas de pactuação estaduais. Além disso, serão incorporadas informações das novas etapas de diagnóstico e de propostas previstas para a 2ª e 3ª fase do Programa (junho e julho de 2019, respectivamente).

O desenvolvimento deste Programa contará com a liderança do DMF, nacionalmente, e do GMF, localmente, apoiado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD).

CONTEXTO NACIONAL

O Estado de crise do sistema prisional é uma realidade. Episódios de negligência e barbárie que chocam a sociedade mostram apenas um fragmento de problemas estruturais graves, cujo enfrentamento exige mudanças sistêmicas e coordenadas que vão além dos esforços de uma única gestão.

A população prisional do país triplicou em apenas 16 anos – em 2016, chegamos a 726 mil¹ pessoas privadas de liberdade, subindo à terceira posição entre os maiores encarceradores do mundo. Importante destacar que estamos na contramão mundial, uma vez que Estados Unidos, China e Rússia, que também ocupam o topo do ranking, vêm reduzindo suas populações prisionais nos últimos anos.

¹ Últimos dados nacionais consolidados pelo Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias (Infopen) do Departamento Penitenciário Nacional (Depen).

O inchaço desordenado da massa carcerária no Brasil é ainda mais dramático considerando a baixa capacidade de resposta do Estado, agravada pela crise fiscal que atinge as unidades da federação. De acordo com dados do Ministério da Justiça, seriam necessários R\$ 25 bilhões em sete anos apenas para absorver esse crescimento, sem falar nas dificuldades relativas a recursos humanos, pois faltam profissionais e capacitação adequada para ampará-los.

Como consequência dos problemas estruturantes, a gestão cotidiana dos serviços penais enfrenta uma perda de controle interno, com violações sistemáticas de direitos, comprometimento da individualização da pena, déficit de gestão e falta de transparência, conjunto classificado como 'Estado de coisas inconstitucional' pelo Supremo Tribunal Federal. Massacres e rebeliões se tornam cada vez mais comuns e a alta mortalidade dentro dos presídios – há seis vezes mais chances de morrer na prisão sob custódia do Estado – mostra que estamos cada vez mais longe de um sistema que deveria reintegrar.

O saldo dessa narrativa tem repercussão direta na segurança pública, uma vez que o caos nos presídios é um dos fatores responsáveis pelo crescimento e fortalecimento de facções criminosas que buscam a desestabilização social. Vivemos um quadro de violência estrutural, onde soluções racionais baseadas em evidências acabam preteridas por propostas emergenciais que respondem à cultura do medo, mas poucos efeitos têm para enfrentar a situação de forma eficiente e sustentada.

Enquanto isso, Judiciário e Executivo estão sobrecarregados e torna-se cada vez mais difícil justificar os altos gastos para manter um sistema majoritariamente disfuncional – a média nacional para manter um preso é de R\$ 2,2 mil, enquanto o salário mínimo aprovado em 2019 é de R\$ 998. A pressão por melhorias vem de diferentes frentes, incluindo organismos internacionais, órgãos jurisdicionais, normativos e de controle e da própria sociedade, resultando em perda de credibilidade para o Judiciário e prejuízos políticos para o Executivo.

A partir desse quadro, fica evidente que é impossível superar o estado de crise do sistema prisional se não enfrentarmos suas causas, enraizadas em adversidades estruturais de longa data. É preciso olhar simultaneamente para todos os gargalos da execução penal, que incluem uma maior atenção à porta de entrada para evitar o encarceramento excessivo e penas desproporcionais; às prisões disfuncionais que prejudicam uma execução penal eficiente; e à porta de saída que nega a possibilidade de reintegração ao negar oportunidades. É preciso, ainda, enfrentar a má gestão da informação e a normalização da marginalização e violência que incidem em todo o ciclo penal.

JUSTIÇA PRESENTE

É neste contexto que o Conselho Nacional de Justiça apresenta o Programa **Justiça Presente**, voltado ao fortalecimento de uma política de Estado que se propõe a enfrentar o quadro de inconsistência estrutural vivido pelo sistema carcerário, cujo impacto limita o exercício da atividade jurisdicional. Ele é também resultado do engajamento do **Departamento Penitenciário Nacional** do Ministério de Justiça e Segurança Pública que acordou ações e realizou um aporte financeiro para o desenvolvimento de estratégias para promover a redução da superlotação e superpopulação Carcerária no Brasil, com enfoque

nas políticas de alternativas penais e monitoração eletrônica de pessoas; o aprimoramento da base de dados do Sistema de Informações do Departamento Penitenciário Nacional (Sisdepen), por meio de aperfeiçoamento e interoperabilidade e disseminação nacional do Sistema Eletrônico de Execução Unificado (SEEU); e, a promoção de documentação civil das pessoas privadas de liberdade no sistema prisional, incluindo a execução do cadastramento da identificação biométrica.

Entre os principais diferenciais do programa, estão a preocupação com todo o ciclo penal, a consolidação de experiências anteriores exitosas do CNJ e o desenho de intervenções customizadas à realidade de cada estado, construídas em estreita colaboração com os atores locais para garantir a efetividade e sustentabilidade das soluções. Além disso, o protagonismo do Judiciário é incentivado na mesma proporção da construção de redes envolvendo os demais atores da execução penal, como Executivo e sociedade civil.

O programa está dividido em **quatro eixos de atuação**: sistemas eletrônicos; propostas e alternativas ao superencarceramento; políticas de cidadanias; e sistema socioeducativo. Cada eixo se desdobra em diversas ações e produtos, que serão desenvolvidos com o apoio de coordenadores e assessores especializados alocados nas 27 unidades da federação.

Para melhor assimilação das atividades pelos atores locais, o programa foi dividido em **três fases de implantação**, que terão início em março, junho e julho de 2019 e se prolongarão até o encerramento do programa, previsto para julho de 2021.

Na primeira fase, serão priorizados a informatização dos processos de execução penal por meio do Sistema Eletrônico de Execução Unificada (SEEU), a identificação biométrica, a emissão de documentos para pessoas privadas de liberdade, a atenção às pessoas egressas, as iniciativas para inserção no mercado de trabalho e o fortalecimento das audiências de custódia, das políticas de alternativas penais e da monitoração eletrônica.

A segunda fase ativará mutirões carcerários em processos informatizados, Centrais de Vagas para aperfeiçoar o controle da legalidade das penas e medidas, práticas restaurativas e a melhoria e aperfeiçoamento dos serviços e dos mecanismos de controle das políticas oferecidas às pessoas presas. Por fim, a terceira fase investirá em ações de atenção ao sistema socioeducativo.

O programa **Justiça Presente** foi consolidado por meio de um acordo cooperação técnica firmado entre o CNJ e o **Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD)**, em novembro de 2018. As atividades que objetivam fortalecer o Estado brasileiro para enfrentar o estado de crise no sistema prisional e socioeducativo têm estreita ligação com os **Objetivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas**, em particular o Objetivo 16, cujo tema é 'Paz, Justiça e Instituições Eficazes'.

CONTEXTO ESTADUAL²

Dados sobre encarceramento do estado

Em janeiro de 2019, segundo a Secretaria de Administração Penitenciária local, havia 11.526 pessoas presas no Maranhão, distribuídas em 44 unidades prisionais. O estado compunha, então, uma taxa de 162 presos para cada grupo de 100.000 habitantes³. Deste universo, 44% das pessoas privadas de liberdade aguardavam sentença do juiz, número próximo ao relativo a todo o cenário nacional. Em adição, estavam disponíveis 8.531 vagas nos estabelecimentos carcerários locais, de modo que o estado apresentava uma taxa de ocupação de cerca de 135%.

Aproximadamente 3% das pessoas privadas de liberdade no estado em janeiro de 2019 eram mulheres. Isto é, havia dez presas para cada grupo de 100.000 pessoas do sexo feminino na população maranhense⁴.

Segundo o INFOPEN (2017), no primeiro semestre de 2016, ocorreram aproximadamente 25 mortes para cada 10.000 presos no Maranhão. Boa parte foi ocasionada por questões naturais – 16.9 óbitos para cada 10.000 presos, seguida de questões criminais – 5.2 mortes para cada 10.000 presos - e suicídios – 2.6 mortes para cada 10.000 presos.

Entre 2011 e 2013, o DEPEN, por meio do Programa Nacional de Apoio ao Sistema Prisional, disponibilizou ao estado recursos na ordem de R\$7.024.199,50 para contratação de obras, cujo objetivo era gerar 312 vagas nos estabelecimentos penais locais. Entretanto, todas estão atualmente paralisadas. Já entre 2011 e 2016, foram fornecidos R\$4.064.072,69 para aparelhamento do sistema prisional, sendo R\$2.602.776,00 voltados à aquisição de veículos e R\$1.461.296,69 à segurança eletrônica. Além disso, foram feitos repasses via governo federal para execução de atividades de saúde, educação, entre outras ações.

² Fonte: Dados INFOPEN 2017; Dados INFOPEN Mulheres 2018; Dados CNJ sobre audiências de custódia; Atas das reuniões realizadas entre o CNJ e os Tribunais de Justiça estaduais; Formulários formulados pelo CNJ e enviados aos Tribunais de Justiça estaduais, recebidos em janeiro de 2019; Planilha com resumo de todos os convênios estabelecidos entre o DEPEN e os estados, relativos ao desenvolvimento das Centrais de Alternativas Penais e as Centrais de Monitoração Eletrônica 2018.

³ Com base na projeção população do IBGE disponível em: <https://www.ibge.gov.br/apps/populacao/projecao/>. Acesso em 28/02/2019.

⁴ Idem.

Sobre a gestão da informação

Conforme o Tribunal de Justiça local, o Maranhão apresentava em janeiro de 2019, 108 Varas de Execuções Penais, quatro com competência privativa e 104 com competência cumulativa. Nestes espaços, atuam 108 juízes e 864 servidores. Todos são responsáveis por 24.219 processos, sendo que 18% tramitavam em meio físico e 82% em meio eletrônico.

Atualmente, todo o sistema penitenciário maranhense utiliza o Sistema de Informação e Inteligência de Segurança Penitenciária (SIISP), cujo efeito é controlar a documentação das pessoas presas de maneira célere e de forma mais confiável.

Sobre a biometria e a documentação civil das pessoas privadas de liberdade

O estado realiza a coleta biométrica das pessoas privadas de liberdade sem carteira de identidade, no Instituto de Identificação/Secretaria de Segurança Pública do Maranhão do Centro de Observação Criminológica e Triagem, localizado no Complexo Penitenciário de São Luís. O procedimento é feito *on-line*, na entrada da pessoa custodiada no Complexo. Tal biometria alimenta a base de dados do Instituto de Identificação. Entretanto, o Maranhão está implantando um sistema para integrar as bases de dados da Secretaria de Administração Penitenciária, da Secretaria de Segurança Pública e do Tribunal de Justiça estaduais.

Em adição, ao entrar no sistema prisional, o preso é atendido por uma equipe de assistentes sociais da unidade prisional que identifica, entre outras questões, a sua demanda por documentação. Neste mote, o Tribunal de Justiça local indicou que 56.87% dos presos confeccionaram a carteira de identidade e 40,56% obtiveram o CPF em 2018.

Ainda, desde 2012, foi estabelecido o “Programa Começar de Novo” que tem como um de seus focos de ação a regularização da documentação civil básica da população privada de liberdade e egressa. Até o momento, já foi viabilizada a emissão de 8.239 documentos, como, por exemplo, RG, CPF, Certidão de Nascimento, CDI e Título de Eleitor.

Sobre as audiências de custódia

Segundo dados do CNJ⁵, entre outubro de 2014 e junho de 2017, foram realizadas 4.327 audiências de custódia no estado, das quais 54.33% resultaram na conversão da prisão em flagrante em prisão preventiva e 45.67% na concessão da liberdade provisória. Deste universo, para 2% dos casos houve alegação de tortura ou maus tratos cometidos por agentes de segurança pública durante a prisão em flagrante, bem como para menos de 1% foi realizado o encaminhamento do custodiado ao serviço social.

O Judiciário local informou que as audiências de custódia ocorrem no Fórum Criminal, que tem uma vara específica para a realização dessas audiências, onde estão lotados cinco juízes. Em adição, há uma resolução estadual que determina a obrigatoriedade das audiências em municípios com mais de 100.000 habitantes. Por outro lado, o Tribunal de Justiça estadual também informou ao CNJ quais comarcas não realizam as audiências de custódia. São elas: Alcântara, Alto Parnaíba, Amarante do Maranhão, Anajatuba, Araisos, Arame, Arari, Bacuri, Barreirinhas, Bequimão, Bom Jardim, Brejo, Buriti Bravo, Buriticupu, Cantanhede, Carolina, Carutapera, Chapadinha, Colinas, Cururupu, Cândido Mendes, Dom Pedro, Esperantinópolis, Estreito, Governador Eugênio Barros, Governador Nunes Freire, Grajaú, Guimarães, Humberto de Campos, Icatú, Igarapé Grande, Itinga do Maranhão, Joselândia, João Lisboa, Lago da Pedra, Loreto, Magalhães de Almeida, Maracaçumé, Matinha, Matões, Mirador, Mirinzal, Montes Altos, Monção, Morros, Olho D'Água das Cunhãs, Olinda Nova do Maranhão, Paraibano, Parnarama, Passagem Franca, Pastos Bons, Paulo Ramos, Penalva, Pindaré-Mirim, Pio XII, Porto Franco, Poção de Pedras, Presidente Dutra, Riachão, Santa Helena, Santa Luzia do Paruá, Santa Quitéria do Maranhão, Santa Rita, Santo Antônio dos Lopes, Senador La Roque e Sucupira do Norte.

Nas comarcas onde há audiências de custódia, estas ocorrem todos os dias da semana, incluindo sábado e domingo, em regime de plantão. Nas Centrais de Inquérito, são realizadas durante oito horas por dia. Entretanto, o Judiciário local assinalou como dificuldade a falta de espaço físico das comarcas, a não expansão da Defensoria Pública por todo o estado e, ainda, a carência de recursos humanos se constituem como entraves à realização dessas audiências.

O Poder Executivo realiza alguns encaminhamentos de pessoas que passaram pelas audiências de custódia a serviços públicos. Geralmente, os mais realizados seriam o direcionamento do indivíduo a atendimento médico e psiquiátrico, bem como a condução ao IML para a realização de exame de corpo de delito.

⁵ Disponível em: <http://www.cnj.jus.br/sistema-carcerario-e-execucao-penal/audiencia-de-custodia/mapa-da-implantacao-da-audiencia-de-custodia-no-brasil>. Acesso em 01/03/2019.

Sobre a política de alternativas penais

A Central de Alternativas Penais e Integração Social foi inaugurada no Maranhão em dezembro de 2018. Abrange serviços de acompanhamento de pessoas em situação de alternativas penais e a monitoração eletrônica, além de dispor de uma equipe de assistência as pessoas egressas. Neste mote, foi firmado o Convênio nº 250 de 2015, voltado a implantação da Central Integrada de Alternativas Penais no estado, que contou com o repasse de R\$ 2.628.278,35.

Sobre a política de monitoração eletrônica

O estado dispõe de central de monitoração eletrônica em funcionamento em todas as suas comarcas. Esse tipo de mecanismo é destinado a presos em liberdade provisória, bem como a pessoas em cumprimento do regime aberto, semiaberto e de medida protetiva. De fato, em 2014 foi firmado entre a Secretaria de Estado da Justiça e da Administração Penitenciária e o DEPEN o convênio 001, voltado a Implantação do Centro de Monitoração Eletrônica de Presos Provisórios, População Carcerária Vulnerável e Cumpridores de Medida Cautelar Diversa da Prisão em São Luís⁶. Este englobou um repasse no valor de R\$ 900.000,00. A empresa SPACECOM fornece o serviço de monitoração eletrônica.

Neste sentido, em dezembro de 2018, estavam sendo utilizadas 1.240 tornozeleiras eletrônicas. O controle delas é realizado através de uma central de monitoramento, gerida pela Supervisão de Monitoramento Eletrônico, que se encontra integrado ao escopo de atuação da Central de Alternativas Penais e Integração Social.

Segundo dados do Diagnóstico Nacional da Política de Monitoração Eletrônica de Pessoas publicado pelo DEPEN em parceria com o PNUD⁷, em 2017, havia 2.319 pessoas monitoradas no Maranhão naquele ano. Desse montante, temos a seguinte divisão: na execução penal - 148 pessoas monitorada em regime semiaberto em prisão domiciliar; 25 pessoas monitoradas no regime aberto em prisão domiciliar; 1.264 pessoas monitoradas em outras modalidades não informadas; na instrução penal – 867 pessoas monitoradas em cumprimento de medidas cautelares diversas da prisão; 15 pessoas monitoradas no caso de medidas protetivas de urgência.

⁶ Nº DEPEN - 001/2014. Nº SICONV - 801339/2014. Nº SEI - o 8016.001753/2014-89.

⁷ Disponível em <http://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/library/paz/> Acesso em 04 abr 2019.

Sobre as políticas para pessoas egressas e para a inserção produtiva de pessoas presas e egressas do sistema prisional

A política de atendimento à pessoa egressa está em fase de elaboração no âmbito do Executivo Estadual. Contudo, a Secretaria de Estado de Administração Penitenciária informa ofertar serviços às pessoas egressas que favorecem à inserção social, tais como: 1) Atendimento individualizado de assistência social e psicológica para levantamento de necessidades e posterior encaminhamento para rede de apoio (pública, privada e do terceiro setor); 2) Encaminhamento para casas de acolhida; 3) Emissão de passagens rodoviárias para deslocamento das pessoas egressas para os municípios de origem; 4) Cadastramento no Sistema Nacional de Emprego (SINE); 5) Orientação profissional; 6) Oferta de cursos de capacitação profissional nas modalidades presencial e a distância; 7) Encaminhamento a Secretaria Municipal da Criança e Assistência Social para facilitar o cadastro no CAD Único e no Bolsa Família, além de outras políticas públicas.

O Executivo, em parceria com órgãos do sistema de justiça, também desenvolve a Supervisão de Integração Social, instalada na Central Integrada de Alternativas Penais e Inclusão Social (CIAPIS). Este serviço é realizado via Coordenação do Serviço de Atenção ao Egresso e a Família (AEF) e a Coordenação de Reintegração e Monitoramento de Egresso (RME). Nestas unidades, as equipes multiprofissionais identificam as demandas da população egressa e de seus parentes, fornecendo encaminhamentos, inclusive, orientando para o acesso a outros programas voltados a questão prisional, como os desenvolvidos pelo Judiciário local.

Neste mesmo mote, o Judiciário desenvolve ações do Programa “Começar de Novo”, implantado desde 2010. Com a criação da Coordenadoria de Monitoramento, Acompanhamento, Aperfeiçoamento e Fiscalização do Sistema Carcerário, foi criada a Divisão desse Programa, dotada de equipe que desenvolve ações como acesso à documentação civil básica, articulação para inclusão em cursos de qualificação e inserção no mercado de trabalho via sistema S.

No que tange a este último ponto sobre a inserção do egresso no mercado de trabalho, foi editada a Lei 91.116 de 2010, alterada pela Lei Estadual 10.182 de 2014, que determina a obrigatoriedade da disponibilização de vagas nas licitações realizadas pelo Maranhão para esse grupo de pessoas, cumpridoras de medidas alternativas e em livramento condicional. Ademais, o Programa Começar de Novo desenvolve ações destinadas ao cumprimento dessa normativa.

PLANO EXECUTIVO – FASE 1**AGENDA DE PACTUAÇÃO – 20, 21 E 22 DE MAIO****PONTO FOCAL GMF: DR. JOSÉ DE RIBAMAR FROZ SOBRINHO****COORDENADOR ESTADUAL: CLÁUDIA GOUVEIA**

Considerando a etapa preliminar de diagnóstico do estado, é proposta a seguinte Agenda de Pactuação. Esta agenda será um marco importante de estruturação da próxima etapa de trabalho no estado, que contará com o apoio do CNJ e do PNUD em sua execução.

	Ações	Prazo	Responsáveis Locais	Responsáveis CNJ/PNUD	Meta
SEEU	Fase pré-operacional: chegada de equipe inicial CNJ para definição de agenda de trabalho e configurações técnicas para quando da chegada da equipe de implantação	Julho/2019	GMF Servidores DTI	Juíz externo Núcleo Implantação SEEU	✓ SEEU 100% implantado e integrado aos demais sistemas
	Fase pré-operacional: digitalização dos processos de execução penal	Julho/2019 – Agosto/2019	Servidores locais	Núcleo Implantação SEEU	
	Fase operacional: chegada da equipe externa e início do trabalho de cadastramento dos processos	Agosto/2019	GMF Servidores locais	Equipe externa (1 juiz e 10 servidores)	
	Fase operacional: início do trabalho de implantação dos processos, contando com equipes locais e remotas	Agosto/2019 – Setembro/2019	GMF Servidores locais	Equipe externa (1 juiz e 10 servidores) Equipe Remota	
	Fase operacional: treinamento de parceiros para utilização do SEEU (Tribunal de Justiça, Ministério Público, Defensoria Pública, OAB)	Agosto/2019 – Setembro/2019	-	Equipe externa (1 juiz)	
	Fase pós-operacional: continuidade do processo de implantação, contando com equipes remotas	Setembro/2019 – Dezembro/2019	Servidores selecionados	Equipes remotas	

Biometria / Documentação civil	Recebimento dos kits de coleta biométrica no Tribunal de Justiça do Estado	Janeiro/2020	GMF	Coordenadora Estadual e Coordenação de Biometria e Documentação Civil	✓ Fluxo de coleta de biometria de PPL implantado ✓ Fluxo de emissão de documentação de PPL implantado ✓ Dados da identificação biométrica das PPL disponíveis para o TJ e integrado ao SEEU ✓ PPL com dados biométricos e documentação básica disponível ✓ Servidores capacitados na coleta biométrica e na emissão de documentação civil das PPL
	Realização de Capacitação centralizada dos servidores do Tribunal e da Secretaria de Justiça e Cidadania	Janeiro/2020	GMF e Secretaria de Justiça	Coordenadora Estadual e Coordenação de Biometria e Documentação Civil	
	Pactuação da metodologia para distribuição dos kits para realização da coleta biométrica.	Janeiro e Fevereiro/2020	GMF e Secretaria de Justiça e Cidadania	Coordenadora Estadual e Coordenação de Biometria e Documentação Civil	
	Realização da Coleta Biométrica	Fevereiro/2020 a Maio/2020	GMF e Secretaria de Justiça	Coordenadora Estadual e Coordenação de Biometria e Documentação Civil	
	Capacitar servidores que participarão da realização da emissão de documentação civil das pessoas privadas de liberdade, em observância aos fluxos definidos em Manual	junho/2020	GMF e Secretaria de Justiça e Cidadania	Coordenadora Estadual e Coordenação de Biometria e Documentação Civil	
	Realização de ações voltadas a emissão de documentação para pessoas privadas de liberdade em unidades prisionais, observando-se os fluxos definidos.	Junho/2020 ação contínua inserida na rotina da Administração Penitenciária	GMF e Secretaria de Justiça e Cidadania	Coordenadora Estadual e Coordenação de Biometria e Documentação Civil	
	Entregar documentos das pessoas privadas de liberdade nos estabelecimentos penais	Julho/2020 ação contínua inserida na rotina da Administração Penitenciária	GMF e Secretaria de Justiça e Cidadania	Coordenadora Estadual e Coordenação de Biometria e Documentação Civil	

Audiência de Custódia	Implantação do serviço de assessoria às audiências de custódia na Comarca da capital, assegurando infraestrutura de trabalho.	Junho/2019	GMF e Coordenação de Audiência de Custódia na Comarca	Coordenadora Estadual Assessor de Audiência de Custódia	✓ Assessoria de Audiência de Custódia implantada e em funcionamento.
	Aperfeiçoamento da gestão de dados e sistematização de informações sobre as audiências de custódia no estado.	Junho/2019 – julho/2020	GMF e Coordenação de Audiência de Custódia na Comarca	Assessor de Audiência de Custódia	✓ Diagnóstico sobre audiências de custódia realizado.
	Formação e fortalecimento de parcerias com a rede de proteção social local junto às audiências de custódia.	Junho/2019 – julho/2020	GMF e Coordenação de Audiência de Custódia na Comarca	Assessor de Audiência de Custódia Coordenadora Estadual	✓ Sistema de gestão de dados implementado.
	Realização de Altos Estudos com participação de profissionais do sistema de justiça em encontro regional.	Novembro/2019	GMF	Coordenação Eixo 1	✓ Rede de proteção social identificada e engajada com as AC.
	Realização de Altos Estudos com participação de profissionais do sistema de justiça em encontro nacional.	Março/2020	GMF	Coordenação Eixo 1	✓ Profissionais fortalecidos em Altos Estudos.
	Identificação de boas práticas em matéria de audiência de custódia.	Junho/2019 – Setembro/2020	GMF e Coordenação de Audiência de Custódia na Comarca	Assessor de Audiência de Custódia	✓ Boas práticas identificadas e fomentadas.
Alternativas Penais	* Possui Central Integrada de Alternativa Penais e Inclusão Social – não há atuação na AC (atendimento psicossocial também da ME)				
	Viabilização de convênios sem execução e outros recursos federais para Central Integrada de Alternativas Penais (CIAP) com apoio de assessoria especializada.	Maio/2019 – julho/2020	Governo do Estado	Coordenadora Estadual Técnico em Projetos Estaduais	✓ Política estadual de alternativas penais conforme o Modelo de Gestão implantada.
	Identificação de boas práticas de alternativas penais no âmbito do Judiciário.	Maio/2019 – julho/2020	GMF	Coordenadora Estadual Coordenação Eixo 1	✓ Serviços de alternativas penais fortalecido e alinhados aos parâmetros nacionais.
	Alinhamento com a CIAPIS, com capacitações e outros meios, conforme parâmetros nacionais.	Maio/2019 – Julho/2020	GMF + Governo do Estado	Coordenadora Estadual	
	Celebração de Acordo de Cooperação Técnica e Grupo Gestor Local para	Julho/2019 – Dezembro/2019	GMF + Governo do Estado	Coordenadora Estadual Coordenação Eixo 1	

	fortalecimento da política estadual de alternativas penais.				
Monitoração Eletrônica	Viabilização de convênios e outros recursos federais da Central de Monitoração Eletrônica (CME) com apoio de assessoria especializada.	Maio/2019 – Dezembro/2019	GMF + Governo do Estado	Coordenadora Estadual Técnico em Projetos Estaduais Coordenação Eixo 1	✓ Política estadual de monitoração eletrônica fortalecida conforme o parâmetros nacionais
	Alinhamento da política estadual de monitoração eletrônica visando seu aprimoramento.	Maio/2019 – Dezembro/2019	GMF + CME	Coordenadora Estadual Coordenação Eixo 1 Especialista Monitoração Eletrônica	
	Aperfeiçoamento da CME no estado com capacitações e outros meios, conforme parâmetros nacionais.	Julho/2019 – Dezembro/2019	GMF + CME	Coordenadora Estadual Coordenação Eixo 1 Especialista Monitoração Eletrônica	
Atenção às pessoas egressas	Mapeamento dos equipamentos sociais e organizações não governamentais atuantes no território, realizando recorte das políticas e da rede de atendimento específicos para a inserção de grupo mais vulneráveis (população negra, mulheres, LGBTQI+, estrangeiros e grupos étnicos, pessoas com transtornos mentais, idosos)	Março de 2019	GMF + Governo Municipal e do Estado	Coordenadora Estadual Coordenação Eixo 3	✓ Porta de saída do sistema prisional qualificada ✓ Serviço de atenção às pessoas egressas do sistema prisional implantado
	Apresentação do Módulo I da modelagem do Escritório Social e identificação dos responsáveis locais.	Março de 2019	GMF + Governo Municipal e do Estado	Coordenadora Estadual Coordenação Eixo 3	
	Implementação do Escritório Social, por meio da articulação da rede social, poder judiciário e poder executivo e de assinatura de instrumentos formais de parceria.	Dezembro de 2019	GMF + Governo Municipal e do Estado	Coordenadora Estadual	

	Realização dos cursos de formação das metodologias de singularização e de atendimento a pre-egressos, voltados aos diversos atores das políticas penais, em coordenação com a Escola Penitenciária Estadual.	Junho de 2019	GMF + Governo do Estado	Coordenação Eixo 3	
Inserção produtiva	Identificação de boas práticas de inserção laboral intra-muros, com destaque para práticas que contribuam para a inserção de grupo mais vulneráveis (população negra, mulheres, LGBTQI+, grupo étnicos, pessoas com transtornos mentais, idosos)	Março de 2019	GMF + Governo do Estado	Coordenadora Estadual Coordenação Eixo 3	✓ Oportunidades de trabalho e renda para as pessoas presas e egressas do sistema prisional ampliadas
	Elaboração de planos estaduais sobre trabalho no sistema prisional, tendo como subsídios o Decreto Nacional nº 9450, abrangendo diagnósticos, metas, estratégias de qualificação profissional, oferta de vagas e mecanismos de controle e fiscalização dos contratos, considerando os marcadores de diferenças	Junho de 2019	GMF + Governo do Estado	Coordenadora Estadual	
	Articulação com o setor produtivo por meio da Federação da Indústria e Comércio, avaliando status do convênio estabelecido com o TJ e a possibilidade de Acordo de Cooperação com o CNJ	Março de 2019	GMF + Governo do Estado	Coordenação Eixo 3 Coordenador Estadual	
	Articulação do edital de chamamento visando à formação de parcerias para construção de espaços de trabalho em unidades prisionais por entes privados e públicos.	Outubro de 2019	GMF + Governo do Estado	Coordenação Eixo 3 Coordenadora Estadual	
	Elaboração de portaria regulamentando a gestão da política de trabalho das pessoas privadas de liberdade e egressos,	Dezembro de 2019	GMF + Governo do Estado	Coordenação Eixo 3	

	incluindo seleção e classificação, fluxo diário dos trabalhadores, formas de contratação e remuneração, entre outros).				
	Viabilização de convênios e outros recursos federais para PROCAPs e outras iniciativas produtivas com apoio de assessoria especializada.	Março/2019 – Setembro/2020	GMF + Governo do Estado	Coordenadora Estadual Técnico em Projetos Estaduais Coordenação Eixo 3	

AGENDA DA MISSÃO – 20, 21 e 22 de maio

EQUIPE: CARLOS VIEIRA VON ADAMEK, LUIS GERALDO SANT'ANA LANFREDI, MELINA MIRANDA, RICARDO ANDERAOS, FELIPE ATHAYDE, FABIANA LEITE, FERNANDA CALDERARO, ANDRÉ LIMA, MOEMA FREIRE E GEHYSA LAGO GARCIA.

Data	Hora	Eixo	Atividade	Participantes Locais	Pauta
20/05	Manhã	Geral 09:00h	Reunião com Cúpula Estadual (Presidência TJ, MP, DP, OAB, Conselho Penitenciário, Executivo, Legislativo)	<p>Presidência TJMA: Presidente Des. Joaquim Figueiredo dos Anjos, Corregedor Des. Marcelo de Carvalho, Coordenador UMF Des Froz Sobrinho, Procurador Geral de Justiça Luiz Gonzaga, Defensor Geral do Estado Alberto Bastos, Secretário de Adm Penitenciária Murilo Andrade, Secretário de Segurança Jefferson Portela, Presidente da OAB Thiago Dias.</p> <p>CNJ: Des. Carlos Von Ademek, Juiz Luís Geraldo Lanfted e Equipe do Programa Justiça Presente;</p>	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Apresentar o Programa Justiça Presente e pactuar parceria.
		Eixo 1 e Eixo 4 11:00h	Reunião com a Escola Penitenciária	<p>Des Froz é o Supervisor do GMF e Diretor da ESMAM.</p> <p>CNJ: Des. Carlos Von Ademek, Juiz Luís Geraldo Lanfted e Equipe do Programa Justiça Presente.</p>	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Conhecer e iniciar articulações para fortalecimento do serviço. ✓ Dialogar sobre estrutura e contexto local da monitoração eletrônica, parâmetros aplicados etc. ✓ Articular possibilidades para formação nas temáticas do Programa.

	Tarde	Eixo 1 e Eixo 4 (biometria) 14:00h	Central de Alternativas Penais, Central de Monitoração Eletrônica e Empreendedorismo. Local: CIOPS.	Equipe do Programa Justiça Presente	✓ Dialogar sobre o acompanhamento das alternativas penais, particularmente as medidas cautelares
		17:00h	Reunião com o ODH. Local: CIOPS.	Equipe do Programa Justiça Presente	
21/05	Manhã	Eixo 1 e 3 9:00h	Reunião com a Secretaria de Administração Penitenciária Equipe do Programa Justiça Presente	Secretário de Administração Penitenciária e equipe técnica - (i) administrativo-financeira, (ii) alternativas penais. (iii) monitoração eletrônica, (iv) reintegração social, (v) escola penitenciária, e (vi) conselho penitenciário.	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Dialogar sobre o status de Convênios, recursos fundo a fundo e outras fontes para Centrais Integradas de Alternativas Penais e Monitoração Eletrônica. ✓ Dialogar sobre estrutura e contexto local da monitoração eletrônica, com questões direcionadas sobre parâmetros usados. ✓ Dialogar sobre iniciativas de trabalho e egressos. ✓ Dialogar sobre processos formativos a serem oferecidos pelo Programa Justiça Presente.
	Tarde	14:00h	Reunião na Central de Inquérito com os Juízes da Audiência de Custódia.	Equipe do Programa Justiça Presente	✓ Finalizar e acordar Plano Executivo.
	Final de tarde	17:00h	Reunião GMF. Local: Fórum Sarney Costa.	Equipe do Programa Justiça Presente e Coordenador Estadual	✓ Fazer alinhamento final sobre Plano de Trabalho do Coordenador Estadual no Estado.
22/05	Manhã	Eixo 3 9:00h	Visita ao Complexo Penitenciário de São Luis	Administração do Complexo Penitenciário	✓ Fazer avaliação e mapeamento de áreas potenciais para a realização de oficinas da equipe da Humanitas

	Tarde	Eixo 3 14:00h	Reunião com Secretário de Administração Penitencia - Murilo Andrade. Local: SEAP	Secretário de Administração Penitenciária	✓ Articulação para parceria com a Humanitas para implantação de serviço modelo no estado do Maranhão
--	-------	------------------	--	---	--

ENCAMINHAMENTOS PÓS MISSÃO

Data	Hora	Eixo	Atividade	Resumo	Encaminhamentos
20/05	09h	Geral	Tribunal de Justiça – reunião de abertura	<p>- O presidente do Tribunal de Justiça deu as boas vindas à comitiva do Conselho Nacional de Justiça e colocou o TJ do estado do Pará à disposição para início das atividades. Em seguida o representante do DMF/CNJ, apresentou o Programa Justiça Presente e Fabiana complementou, pormenorizando as ações do Plano estratégico, bem como a agenda de reuniões que se seguirão nos dois dias.</p> <p>- Após a apresentação pelo CNJ, foi aberta a palavra para considerações dos presentes.</p> <p>- A Defensoria destacou que só está presente em cerca de 30% dos municípios e isso contribui para maior taxa de manutenção da prisão provisória. Existe um projeto da Defensoria em parceria com o Depen, para atuação na porta de entrada do sistema prisional;</p>	<p>- Alinhamento sobre as agendas as serem realizadas nos 2 dias;</p> <p>- Conhecer o projeto desenvolvido pela Defensoria Pública que atua junto à porta de entrada do sistema prisional;</p> <p>- Conhecer as iniciativas de ações da pasta de segurança pública que possam se aproximar das ações previstas no Programa Justiça Presente;</p> <p>- Alinhamento sobre as agendas a serem realizadas nos 2 dias;</p> <p>- Ficou acordado reunião para fazer o fechamento e alinhamento final com o GMF, com os encaminhamentos da Missão, no último dia da Missão;</p>

				<ul style="list-style-type: none"> - O crescimento da população prisional do estado do Maranhão está acima da média nacional, o que gera preocupação nas instituições que atuam com o sistema prisional; - A Sec. De Adm. Prisional destacou que o estado conseguiu diminuir nos últimos 4 anos os indicadores negativos relativos ao sistema prisional; Não existe mais nenhum preo em delegacia. - Houveram intervenções sobre a necessidade de alteração da forma de repasse do fundo penitenciário e descentralização do fundo-a-fundo, de forma que estes recursos atendam de forma mais efetiva às necessidades dos estados; 	<ul style="list-style-type: none"> - O Tribunal de Justiça se colocou à disposição para o desenvolvimento de projetos pilotos tais como Central de Vagas e Mutirão Carcerário.
14h	Central de Alternativas Penais, Central de Monitoração Eletrônica e Empreendedorismo. Local: CIOPS.		<p>CIAPS:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Há um convênio do Depen em execução, de 2015 e que teve início em 2018, com equipe psicossocial já contratada; - Houve a inauguração recente do SIOPS, que tem o uso compartilhado pela Vara de Execução, Central de Monitoração Eletrônica e pela Diretoria de Reintegração Social, com atendimento às pessoas em cumprimento de penas em meio aberto, egressas, em alternativas penais, 	<ul style="list-style-type: none"> - Diretoria de Reintegração Social - Colaborar para a construção de uma modelagem relativa às metodologias de atuação da equipe da Diretoria de Reintegração Social para os diversos públicos: atendimento à pessoas em cumprimento de pena em meio aberto, egressas, em alternativas penais, em monitoração eletrônica e com medidas cautelares – prevendo diversificação e estudo da necessidade de ampliação da equipe; 	

			<p>em monitoração eletrônica e com medidas cautelares. Nesta sede atua um total de 26 técnicos. Nesta mesma sede está prevista também a atuação da Defensoria e do Ministério Público;</p> <p>- O Dr. Fernando fez a entrega de vários instrumentos normativos que regulamentam a política de alternativas penais no estado do Maranhão, bem como destacou o intuito de municipalização desta política. Ele também apresentou um projeto diferenciado para as penas pecuniárias, que visam a execução de projetos em rede, de forma a maior efetividade;</p> <p>- Foi pontuada a necessidade de melhor alinhamento quanto à governança do espaço, para as diversas ações ali desenvolvidas;</p> <p>- Juliene apresentou o trabalho desenvolvido e pontuou as dificuldades quanto às demandas de trabalho, considerando o número de pessoas que precisam ser atendidas e peculiaridades relativas a cada público. Segundo ela, a equipe hoje se divide em 3 eixos de trabalho: egressos + familiares; livremente + aberto; alternativas penais.</p> <p>Monitoração Eletrônica:</p> <p>- Em relação à monitoração eletrônica, existem 28 unidades de instação no interior do estado, em unidades prisionais, porém a monitoração é feita somente na capital – não há equipe contratada para atuação no interior;</p>	<p>- CIAPs - Colaborar com a elaboração de um método de governança do espaço;</p> <p>- AC e VEP - Levantar as demandas para adequação das metodologias;</p> <p>- Colaborar para solucionar entraves de recursos federais para a contratação de equipe psicossocial que atuará junto à monitoração eletrônica;</p> <p>- ME - Encaminhamento, pela Central de ME, da portaria conjunta entre Poder Executivo e TJ, para análise, visando adequações de acordo com a Resolução em ME do CNJ;</p> <p>- Ficou acordado que a coordenadora estadual irá realizar uma nova reunião com as Centrais de Alternativas Penais e de Monitoração Eletrônica para construção de fluxo de trabalho comum;</p> <p>- Conhecer o trabalho com penas pecuniárias desenvolvido pela VEP;</p> <p>- Sensibilizar os juízes para a lei complementar estadual 188 – que visa o acompanhamento das medidas cautelares pela 2ª VEP;</p>
--	--	--	---	--

				<ul style="list-style-type: none"> - Existe um convênio Depen que foi prorrogado em maio de 2019 porém a equipe psicossocial ainda não foi contratada; - Há procedimento diferenciado para os casos Maria da Penha, quando é acionada a polícia militar em casos de decumprimento; - Existem 1.187 pessoas monitoradas no estado e há previsão de ampliação para 4 mil tornozeleiras. Do total de tornozeleiras hoje, cerca de 750 são para cautelares e o restante para execução penal 	<ul style="list-style-type: none"> - Elaboração de mapeamento de ativos para sistematização da política de egressos.
	17h	Geral	ODH	<p>O Programa Justiça Presente apresentou os eixos de atuação e o ODH apresentou sua trajetória, buscando alinhar possibilidades de atuação conjuntas.</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Estudar possibilidades de atuação conjuntas nos seguintes campo: governança local; pesquisas e processos de monitoramento e avaliação de políticas penais no âmbito do Programa; - Estudar a possibilidade de realização de encontro regional do Programa em parceria com a ODH e Escola da Magistratura.
21/05	09:00	Reunião com a Secretaria de Administração Penitenciária	Poder Executivo	<ul style="list-style-type: none"> - Houve apresentação do Programa Justiça Presente por parte dos representantes do CNJ, bem como a o secretário apresentou as frentes de trabalho a partir dos temas destacados. - Em relação à audiência de custódia, todos os presentes concordaram quanto à necessidade de uma 	<ul style="list-style-type: none"> - Recursos federais: Estudar os recursos federais de convênios, fundo a fundo, para que se adequem melhor às necessidades do estado, inclusive quanto às equipes psicossociais que atuam nas políticas de alternativas penais,

				<p>equipe psicossocial com atuação direta no espaço onde as audiências são realizadas, com a disponibilidade pela Sec. De Adm. Prisional a partir do levantamento das demandas, que deverão ser feitas pela coordenadora estadual do Programa Justiça Presente em articulação direta com a Diretoria de Reintegração Social;</p> <p>- Há uma iniciativa do sistema prisional do estado do Maranhão para biometrização de toda a população prisional e o Programa Justiça Presente deverá conhecer e construir as interlocuções necessárias para alinhamento das ações e fluxos.</p>	<p>monitoração eletrônica e política para egressos.</p> <p>- SEEU: Desenvolvimento do módulo de alternativas penais; integração das guias de conhecimento até o final do ano; pactuação do calendário de implantação.</p> <p>- Biometria: O CNJ conhecer com profundidade o processo de biometrização que está sendo implantado pela Sec. Adm. Prisional, buscando construir fluxos, interlocução e verificar possibilidades de integração.</p>
21/05	14h	Eixo 1	Audiência de Custódia	<p>- Houve apresentação do Programa Justiça Presente por parte dos representantes do CNJ, bem como os representantes locais apresentaram o trabalho e fluxos na audiência de custódia;</p> <p>- A audiência de custódia não é obrigatória nas comarcas menores e nem todo preso em flagrante chega à audiência de custódia, por motivos diversos, tal como a alegação de falta de recursos pelas polícias e pelo sistema prisional;</p> <p>- Na capital existe uma juíza de referência e mais 02 que atuam diretamente na audiência de custódia, com</p>	<p>- Necessidade de espaço na AC para alocação do consultor;</p> <p>- Foi apresentado o Projeto UNODC e a chegada do consultor que atuará junto às audiências de custódia. Com a chegada do consultor, haverá novos alinhamentos quanto à sua atuação.</p>

			<p>mandato de 2 anos, podendo ser renovado; Os juízes acumulam outras funções, não sendo exclusivos da AC;</p> <p>- A audiência de custódia acontece de segunda a sexta na capital e abarca também a "grande São Luis", das 8 às 18h e nem sempre o custodiado chega à tempo para a realização da audiência no dia. Nesses casos o juiz decide sobre a prisão sem a presença do preso e é marcada audiência para outro dia. Os juízes também entedem que nos casos onde será concedida a liberdade não é necessária a realização de audiência de custódia;</p> <p>- Existe uma carceragem no Fórum e os presos provisórios ficam sob responsabilidade da Sec. Adm. Prisional.</p> <p>- A audiência de custódia irá mudar de sede, para um espaço sob gestão da Sec. De Adm. Prisional, que será uma unidade de triagem dos presos provisórios e lá haverá também o IML;</p> <p>- Os presos recebem alimentação, porém sentem que é importante dispor de vestuário, calçados e transporte;</p> <p>- Não existe equipe psicossocial;</p> <p>- Nem todos os presos provisórios passam pelo IML, porém quando há relato de tortura os presos são</p>	
--	--	--	--	--

				encaminhados para perícia, bem como esses casos são encaminhados para as corregedorias.	
21/05	17h	Escola de Magistratura	TJ	- O Programa Justiça Presente apresentou os eixos de atuação e o ODH apresentou sua trajetória, buscando alinhar possibilidades de atuação conjuntas.	- Estudar a possibilidade de realização de encontro regional do Programa em parceria com a ODH e Escola da Magistratura; - Abertura da Escola do MA para desenvolvimento de projeto piloto da formação em AC a partir da parametrização nacional.
21/05	18h	Final GMF		- Foram apresentados os alinhamentos feitos em cada uma das agendas, e de maneira geral o GMF se colocou aberto para acolher todas as ações do Programa Justiça Presente, a partir de alinhamento direto com o GMF e atuação da coordenadora estadual recém contratada.	- Foi apresentada a sala de trabalho da coordenadora estadual; - Destacada a abertura do GMF apresentar destaques e ajustes no Plano Executivo Estadual; Central de Vagas - O estado se coloca à disposição para projeto piloto
22/05	09h	Visita ao Complexo Penitenciário de São Luis		-	-
22/05	09h	Reunião com Secretário de		-	-

		Administração Penitencia - Murilo Andrade. Local: SEAP			
--	--	--	--	--	--

Encaminhamentos gerais:

- **Eixo 1 e Eixo 3:** O Programa Justiça Presente deverá colaborar para a construção de uma modelagem relativa às metodologias de atuação da equipe da Diretoria de Reintegração Social da Secretaria de Administração Prisional do Governo do Estado, para os diversos públicos: atendimento à pessoas em cumprimento de pena em meio aberto, egressas, em alternativas penais, em monitoração eletrônica e com medidas cautelares – prevendo diversificação e estudo da necessidade de ampliação da equipe;
- **Humanitas 360** – Ficou pactuado que será implantado o Humanitas 360 no estado do MA, a partir de articulação do Eixo 3 do Programa Justiça Presente.
- **Monitoração Eletrônica:** Encaminhamento, pela Central de Monitoração Eletrônica, da portaria conjunta entre Poder Executivo e TJ, para análise, visando adequações de acordo com a Resolução em ME do CNJ; bem como o TJ se dispôs a aguardar o trâmite do CNJ, que neste momento está em fase de elaboração de uma Resolução em Monitoração Eletrônica;
- **Audiência de Custódia:** Foi apresentado o Projeto UNODC e a chegada do consultor que atuará junto às audiências de custódia. O Tribunal de Justiça abrigará a chegada do consultor, com a sessão de um espaço de trabalho junto à audiência de custódia. Com a chegada do consultor, haverá novos alinhamentos quanto à sua atuação.
- **Recursos federais:** O Programa Justiça Presente deverá estudar, em parceria com o Governo do Estado, os recursos federais relativos a convênios, fundo a fundo e Procap, para que se adequem melhor às necessidades do estado, inclusive quanto à necessidade de contratação de equipes psicossociais que atuem nas políticas de alternativas penais, monitoração eletrônica e política para egressos.

- **SEEU:** Foi pontuada a necessidade de desenvolvimento do módulo de alternativas penais junto ao SEEU; integração das guias de conhecimento até o final do ano; pactuação do calendário de implantação.

- **Biometria:** O CNJ deverá contactar as pessoas responsáveis pela pauta junto ao Governo do Estado, bem como conhecer com profundidade o processo de biometrização que está sendo implantado pela Sec. Adm. Prisional, buscando construir fluxos, interlocução e verificar possibilidades de integração.

- **Escola da Magistratura** - Abertura da Escola do MA para desenvolvimento de projeto piloto da formação em AC a partir da parametrização nacional.

Central de Vagas e Mutirão Carcerário - O Tribunal de Justiça se colocou à disposição para o desenvolvimento de projetos pilotos tais como Central de Vagas e Mutirão Carcerário.

- Sensibilizar os juízes para a lei complementar estadual 188 – que visa o acompanhamento das medidas cautelares pela 2ª VEP;

ANEXO
AUDIÊNCIA DE CUSTÓDIA
MARANHÃO

APRESENTAÇÃO

Em novembro de 2018, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) assinaram o projeto de cooperação técnica internacional BRA/18/019 - Fortalecimento do Monitoramento e da Fiscalização do Sistema Prisional e Socioeducativo, resultante no Programa “Justiça Presente”. Este Programa estabeleceu parceria com o Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC), no contexto do desenvolvimento de seu primeiro eixo de trabalho que trata de uma estratégia para a redução da superlotação e superpopulação carcerária no Brasil.

Dessa forma, o Acordo firmado contribuirá para o alcance das metas e resultados relacionados ao fortalecimento das Audiências de Custódia como mecanismo capaz de racionalizar a porta de entrada do sistema prisional nas 27 Unidades Federativas (UFs), com responsabilização, prevenção ao crime e inclusão social, de acordo com a Resolução nº 213/2015 do CNJ, assim como à redução da superlotação e superpopulação carcerária brasileira.

Este Anexo apresenta as iniciativas gerais do Projeto de “Fortalecimento da Audiência de Custódia conforme parâmetros internacionais” executado em parceria com o UNODC, refletindo o contexto estadual. Para tanto, foi realizado um levantamento de informações sobre a Audiência de Custódia por meio de instrumento de coleta encaminhado aos Tribunais de Justiça das 27 Ufs pelo CNJ, bem como realizada visita *in loco* nas 27 UFs, nas respectivas capitais, entre fevereiro a junho de 2019. Foram reunidas informações que possibilitaram estabelecer subsídios para este documento e, a partir do trabalho iniciado em cada uma das UFs, será desenvolvido uma Estratégia Local, com detalhamento de atividades e resultados esperados.

O desenvolvimento deste Projeto envolvendo a Audiência de Custódia contará com a liderança do DMF/CNJ, nacionalmente, e do GMF/TJ, localmente. Em cada unidade da federação, junto ao GMF, o Programa “Justiça Presente” dispõe de uma coordenação estadual e, a partir de julho de 2019, cada estado e o Distrito Federal contarão também com um/a **Consultor/a Estadual em Audiência de Custódia**, contratado/a no âmbito desta parceria CNJ/PNUD/UNODC. Este/a profissional será responsável pela implementação do Projeto de “Fortalecimento da Audiência de Custódia conforme parâmetros internacionais”, o qual tem por objetivo: desenvolver diretrizes e guias conforme parâmetros internacionais; estabelecer Rede de Altos Estudos e disseminação de boas práticas; implementar Consultoria especializada nas Unidades Federativas por meio de 27 consultores/as qualificados/as; entre outros.

CONTEXTO NACIONAL

Desde a implementação das Audiências de Custódia em 2015, este instituto está cercado de complexidades, em especial daquelas que dizem respeito ao seu potencial de aplicar medidas cautelares de forma proporcional e adequadas, racionalizando o uso da prisão provisória de pessoas presas em flagrante. Estas audiências podem permitir ao Sistema de Justiça Criminal análises mais tempestivas e qualitativas acerca da legalidade das prisões de forma ímpar.

No entanto, os dados encontrados pelo CNJ a partir do monitoramento das audiências de custódia demonstram que a privação de liberdade tem permanecido uma medida ressaltada e que as alternativas penais têm tido ainda pouco espaço para avançar no país.

De acordo com dados do CNJ, entre junho de 2015 e 2017, foram efetuadas 258.485 audiências de custódia em todo o Brasil, das quais 55.32% resultaram na conversão da prisão em flagrante em prisão preventiva e 44.68% na concessão da liberdade provisória. Contudo, a regularidade e consistência da alimentação de dados sobre audiências de custódia no país varia significativamente entre as 27 UFs e também entre as Comarcas das capitais e as do interior dos estados.

Os dados relacionados às Audiências de Custódia têm sido registrados pelos Tribunais de Justiça em distintos tipos de sistemas de informações. O Sistema de Audiência de Custódia (SISTAC) foi criado pelo CNJ para que fossem incorporados exclusivamente dados sobre esses procedimentos, envolvendo informações sobre o perfil das pessoas custodiadas e as decisões judiciais tomadas neste momento. Já o Banco Nacional de Monitoramento das Prisões (BNMP 2.0), também do CNJ, contém informações pessoais e processuais sobre pessoas presas ou procuradas por órgãos do Sistema de Justiça, com informações sobre ordens de prisão ou de soltura. Por sua vez, há outros sistemas utilizados como ferramentas de gerenciamento de informações, construídos pelos próprios Tribunais de Justiça estaduais, os quais costumam ser pouco integrados aos sistemas nacionais. Desta feita, uma das ações que este Projeto desenvolverá será a qualificação do SISTAC, de forma a conferir maior qualidade às informações relativas à audiência de custódia.

O número de juízes e juízas dedicados às audiências de custódia, bem como o nível de interiorização, é igualmente variável entre UFs. Em determinadas unidades da federação, todos os magistrados criminais se dedicam a estes procedimentos. Em outras, apenas juízes plantonistas são responsáveis. Há casos também de designação de magistrados fixos, lotados em unidades judiciárias voltadas especificamente à realização das audiências de custódia.

De acordo com os dados disponíveis, é bastante reduzido o acolhimento e acompanhamento psicossocial, dado que apenas 10.7% das pessoas levadas às audiências de custódia foram encaminhadas a algum serviço de atendimento social após concessão de liberdade provisória ou relaxamento de prisão. Este cenário está possivelmente relacionado ao fato de que muitos estados não dispõem de equipes interdisciplinares na audiência de custódia, cuja função seria de realizar esta modalidade de serviço. Registra-se que somente 13 capitais possuem estas equipes, formadas geralmente por psicólogos, assistentes sociais e assessores jurídicos. Dessas capitais, nove contam com profissionais atuando após as audiências, estando localizados em salas próximas aos espaços onde se efetuam as audiências.

Em relação à prevenção e combate à tortura e outros maus tratos, prepondera nas audiências de custódia a baixa notificação da violência policial. Apenas cinco estados relataram no CNJ dispor de serviços periciais necessários à realização de exames de corpo de delito nos locais onde são efetuadas as audiências de custódia. A distância física de órgãos periciais como Institutos Médico-Legais (IML) pode impor maior onerosidade para realização de exames de corpo de delito cautelares e dificultar os fluxos para condução à audiência de custódia. Além disso, há fluxos ainda frágeis em relação aos encaminhamentos para apuração nos casos de indícios de tortura e maus tratos junto a outras instituições.

É preciso olhar simultaneamente para todos os gargalos do sistema penal e este é o intuito do Programa “Justiça Presente”, o qual busca brindar especial atenção à porta de entrada para evitar o encarceramento excessivo, penas desproporcionais e prisões disfuncionais. Para isso, o projeto atuará em três eixos:

audiências de custódia em sintonia com diretrizes internacionais e boas práticas; fomento à produção de dados fidedignos e atualizados sobre as audiências de custódia, com vistas a políticas judiciais baseadas em evidências; medidas de proteção social para pessoas em situação de vulnerabilidade nas audiências de custódia; e prevenção e combate à tortura e outros maus tratos por meio da audiência de custódia.

CONTEXTO ESTADUAL

Sobre as audiências de custódia

Segundo dados do CNJ5, entre outubro de 2014 e junho de 2017, foram realizadas 4.327 audiências de custódia no estado, das quais 54.33% resultaram na conversão da prisão em flagrante em prisão preventiva e 45.67% na concessão da liberdade provisória. Deste universo, para 2% dos casos houve alegação de tortura ou maus tratos cometidos por agentes de segurança pública durante a prisão em flagrante, bem como para menos de 1% foi realizado o encaminhamento do custodiado ao serviço social.

O Judiciário local informou que as audiências de custódia ocorrem no Fórum Criminal, que tem uma vara específica para a realização dessas audiências, onde estão lotados cinco juizes. Em adição, há uma resolução estadual que determina a obrigatoriedade das audiências em municípios com mais de 100.000 habitantes. Por outro lado, o Tribunal de Justiça estadual também informou ao CNJ quais comarcas não realizam as audiências de custódia. São elas: Alcântara, Alto Parnaíba, Amarante do Maranhão, Anajatuba, Araióses, Arame, Arari, Bacuri, Barreirinhas, Bequimão, Bom Jardim, Brejo, Buriti Bravo, Buriticupu, Cantanhede, Carolina, Carutapera, Chapadinha, Colinas, Cururupu, Cândido Mendes, Dom Pedro, Esperantinópolis, Estreito, Governador Eugênio Barros, Governador Nunes Freire, Grajaú, Guimarães, Humberto de Campos, Icatú, Igarapé Grande, Itinga do Maranhão, Joselândia, João Lisboa, Lago da Pedra, Loreto, Magalhães de Almeida, Maracaçumé, Matinha, Matões, Mirador, Mirinzal, Montes Altos, Monção, Morros, Olho D'Água das Cunhãs, Olinda Nova do Maranhão, Paraibano, Parnarama, Passagem Franca, Pastos Bons, Paulo Ramos, Penalva, Pindaré-Mirim, Pio XII, Porto Franco, Poção de Pedras, Presidente Dutra, Riachão, Santa Helena, Santa Luzia do Paruá, Santa Quitéria do Maranhão, Santa Rita, Santo Antônio dos Lopes, Senador La Roque e Sucupira do Norte.

Nas comarcas onde há audiências de custódia, estas ocorrem todos os dias da semana, incluindo sábado e domingo, em regime de plantão. Nas Centrais de Inquérito, são realizadas durante oito horas por dia. Entretanto, o Judiciário local assinalou como dificuldade a falta de espaço físico das comarcas, a não expansão da Defensoria Pública por todo o estado e, ainda, a carência de recursos humanos se constituem como entraves à realização dessas audiências.

O Poder Executivo realiza alguns encaminhamentos de pessoas que passaram pelas audiências de custódia a serviços públicos. Geralmente, os mais realizados seriam o direcionamento do indivíduo a atendimento médico e psiquiátrico, bem como a condução ao IML para a realização de exame de corpo de delito.

Contexto das audiências de custódia na capital

De acordo com informações levantadas em missão e comunicadas pelo Tribunal, atualmente, na capital existe uma juíza de referência e mais 02 que atuam diretamente na audiência de custódia, com mandato de 2 anos, podendo ser renovado. Destaca-se que os juízes acumulam outras funções, não sendo exclusivos da AC.

As audiências de custódia acontecem de segunda a sexta na capital e abarca também a “grande São Luís”, das 8 às 18h e nem sempre o custodiado chega à tempo para a realização da audiência no dia. Nesses casos o juiz decide sobre a prisão sem a presença do preso e é marcada audiência para outro dia. Os juízes também entendem que nos casos onde será concedida a liberdade não é necessária a realização de audiência de custódia.

Existe uma carceragem no Fórum e os presos provisórios ficam sob responsabilidade da Secretaria de administração Prisional. Durante a espera os presos recebem alimentação, porém é percebido como algo importante disponibilizar de vestuário, calçados e transporte. Não existe equipe psicossocial.

Há intenção de que a audiência de custódia irá mude de sede, para um espaço sob gestão da Sec. De Adm. Prisional, que será uma unidade de triagem dos presos provisórios e lá haverá também o IML. Atualmente, nem todos os presos provisórios passam pelo IML, porém quando há relato de tortura os presos são encaminhados para perícia, bem como esses casos são encaminhados para as corregedorias.

PLANEJAMENTO DAS AÇÕES

Apresenta-se abaixo as ações gerais que serão desenvolvidas pelo Projeto “Fortalecimento da Audiência de Custódia conforme parâmetros internacionais”, a partir de julho de 2019. A consultoria estadual trabalhará com ações focadas nos desafios percebidos e alinhados em cada UF e sendo construída em conjunto com o Tribunal de Justiça e particularmente com membros da magistratura local engajados com a audiência de custódia.

	Ações	Prazo	Responsáveis Locais	Responsáveis CNJ/UNODC	Metas
1. Levantament	Alocação da consultoria estadual em audiência de custódia	Julho/2019	GMF/ Coordenação Estadual Justiça Presente	Coordenação Eixo 1/ Supervisão UNODC	✓ Consultoria implantada. ✓ Levantamento sobre as ACs,
	Observação das audiências de custódia / Registro de instrumentos de coleta / Coleta de documentos	Julho/2019 a junho/2020	GMF/ Consultoria em Audiência de Custódia	Coordenação Eixo 1/ Supervisão UNODC	considerando o SISTAC, realizado.

	Observação e registro sobre sistemas de informações utilizados (SISTAC)	Julho/2019 a novembro/2019	GMF/ Consultoria em Audiência de Custódia	Coordenação Eixo 1/ Supervisão UNODC	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Levantamento da Rede de Proteção Social e Equipes Psicossociais realizado. ✓ Levantamento sobre prevenção e combate à tortura e maus tratos realizado. ✓ Levantamento sobre interiorização da AC e perante Justiças especializadas realizado. ✓ Estratégia Local desenvolvida.
	Diagnóstico sobre a rede de proteção social parceira junto às audiências de custódia	Julho/2019 a setembro/2019	GMF/ Consultoria em Audiência de Custódia	Coordenação Eixo 1/ Supervisão UNODC	
	Diagnóstico sobre iniciativas locais de equipes psicossociais atuantes na AC (Centrais de Alternativas Penais; Equipes do TJ; Equipes do Poder Executivo, organizações da sociedade civil etc.)	Julho/2019 a setembro/2019	GMF/ Consultoria em Audiência de Custódia	Coordenação Eixo 1/ Supervisão UNODC	
	Levantamento sobre medidas relativas à prevenção e combate à tortura e maus tratos no contexto da audiência de custódia	Julho/2019 a novembro/2019	GMF/ Consultoria em Audiência de Custódia	Coordenação Eixo 1/ Supervisão UNODC	
	Levantamento sobre interiorização da audiência de custódia e sua realização perante ramos de Justiça especializadas	Novembro/2019 a janeiro/2020	GMF/ Consultoria em Audiência de Custódia/ Coordenação Estadual Justiça Presente	Coordenação Eixo 1/ Supervisão UNODC	
	Formulação da Estratégia Local para qualificação das audiências de custódia	Agosto/2019	GMF/ Consultoria em Audiência de Custódia/ Coordenação Estadual Justiça Presente	Coordenação Eixo 1/ Supervisão UNODC	
2. Qualificação e desenvolvimento das ações	Celebração e/ou fortalecimento de parcerias com a rede de proteção social local junto às audiências de custódia	Julho/2019 a março/2020	GMF/ Consultoria em Audiência de Custódia	Coordenação Eixo 1/ Supervisão UNODC	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Assessoria de Audiência de Custódia implantada e em funcionamento. ✓ Sistema de gestão de dados implementado. ✓ Rede de proteção social identificada e engajada com as AC. ✓ Procedimentos de AC qualificados.
	Aperfeiçoamento da gestão de dados e sistematização de informações sobre as audiências de custódia	Setembro/2019 a Junho/2020	GMF/ Consultoria em Audiência de Custódia	Coordenação Eixo 1/ Supervisão UNODC	
	Qualificação dos procedimentos da audiência de custódia, de acordo com a Resolução nº 213/2015 do CNJ, por meio da parametrização jurídica e insumos sobre prevenção e combate à tortura e maus tratos	Novembro/2019 a Junho/2020	GMF/ Consultoria em Audiência de Custódia	Coordenação Eixo 1/ Supervisão UNODC	
	Capacitação e fortalecimento de equipes psicossociais junto às audiências de custódia	Outubro/2019 a Junho/2020	GMF/ Consultoria em Audiência de Custódia	Coordenação Eixo 1/ Supervisão UNODC	

	Colaboração para interiorização da AC	Novembro/2019 a Junho/2020	GMF/ Consultoria em Audiência de Custódia	Coordenação Eixo 1/ Supervisão UNODC	✓ Equipe Psicossocial na AC implantada.
3. Altos Estudos	Realização de Altos Estudos com participação de profissionais do sistema de justiça em encontro nacional	Novembro/2019	GMF/ Consultoria em Audiência de Custódia	Coordenação Eixo 1/ Supervisão UNODC	✓ Autoridades da AC fortalecidas e integradas.
	Realização de Altos Estudos com participação de profissionais do sistema de justiça em encontros regionais	Março a junho/2020	GMF/ Consultoria em Audiência de Custódia	Coordenação Eixo 1/ Supervisão UNODC	
	Identificação e reconhecimento de boas práticas em matéria de audiência de custódia	Julho/2019 a Junho/2020	GMF/ Consultoria em Audiência de Custódia	Coordenação Eixo 1/ Supervisão UNODC	✓ Boas práticas reconhecidas e fomentadas.
	Constituição de Rede da Magistratura da Audiência de Custódia para intercâmbio e troca de experiências	Novembro/2019 a Junho/2020	GMF/ Consultoria em Audiência de Custódia	Coordenação Eixo 1/ Supervisão UNODC	